



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

13/06/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Analistas reduzem projeções para a inflação de 2023 a 2026

Especialistas reduziram suas expectativas para a inflação de 2023 a 2026 na pesquisa Focus, na esteira de uma desaceleração mais forte do que o esperado no aumento dos preços ao consumidor em maio.

O levantamento divulgado nesta segunda-feira (12) pelo Banco Central mostra que as projeções para a alta do IPCA são agora de 5,42% em 2023, 4,04% em 2024, 3,90% em 2025 e 3,88% em 2026.

Na semana anterior, essas estimativas estavam respectivamente em 5,69%, 4,12%, 4,00% e 4,00%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e para 2024 e 2025 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. O objetivo para 2026 deverá ser definido em reunião do Conselho Monetário Nacional neste mês.

A revisão se dá depois que o IPCA subiu 0,23% em maio, no resultado mais fraco desde setembro de 2022 (-0,29%) e bem abaixo da expectativa. Isso levou o índice a acumular em 12 meses taxa de 3,94%, o patamar mais baixo desde outubro de 2020, última vez que ficou abaixo da marca de 4%.

O levantamento Focus, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou no entanto que não houve mudanças na expectativa de manutenção da taxa básica de juros em 13,75% na reunião de junho do Copom (Comitê de Política Monetária).

Os analistas também seguem vendo a Selic em 12,50% ao final deste ano, 10,00% no fim de 2024 e 9,00% em 2025, mas reduziram a perspectiva para o final de 2026 a 8,75%, de 9,0% antes.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), a pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda melhora da perspectiva de crescimento em 2023 a 1,84%, de 1,68% antes. Para 2024 a projeção foi ajustada em 0,01 ponto percentual para baixo, a 1,27%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 13 de junho.

Consumidor pode ter dois reajustes do plano de saúde no mesmo ano

Clientes de planos de saúde individuais e familiares podem ter dois reajustes em 2023, caso seja o ano em que o convênio médico esteja autorizado a aplicar o aumento por faixa etária. Nesta segunda-feira (12), a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) definiu em até 9,63% o percentual de reajuste anual permitido para esses convênios.

O reajuste anual é válido entre maio deste ano e abril de 2024 para os planos individuais e familiares contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à lei nº 9.656/98. A alta, que deve ser aplicada apenas no mês de aniversário, deve atingir 8 milhões de contratos. O índice não é válido para planos coletivos empresariais ou por adesão (contratados por meio de sindicatos ou associações).

Segundo Leonardo Camiza Machado, sócio do Silveiro Advogados e membro da comissão especial do direito à saúde da OAB/RS (Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul), o aumento do convênio por mudança de faixa etária depende do tipo de contrato e de quando ele foi assinado.

A ANS explica que o reajuste por mudança na idade é válido para qualquer tipo de plano, inclusive os coletivos empresariais e por adesão.

Em nota, a ANS informa que a legislação que trata sobre o reajuste por faixa etária é válida para todos os tipos de plano de saúde, sejam individuais, familiares ou coletivos. Segundo a agência, esse tipo de reajuste, "previsto na legislação do setor, se justifica em razão da mudança do perfil de utilização dos serviços de saúde. [...] Caso os preços fossem formados para cada idade, os mais jovens teriam preços mais atrativos, enquanto os mais idosos poderiam ter preços muito elevados ou inviáveis."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 13 de junho.

Queda no valor da cesta básica já ajuda famílias, diz economista

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do Dieese, divulgada dia 6, aponta que o preço da cesta básica caiu em 11 das 17 capitais brasileiras de abril para maio. As maiores quedas ocorreram em Brasília (-1,90%), onde o valor chegou a R\$ R\$ 703,43, e em Campo Grande ficou em R\$ 724,09 (-1,85%).

Na avaliação da economista Patrícia Costa, técnica do Dieese, a queda nos preços de alimentos explica esse resultado, com destaque para a carne de primeira, que tem um peso grande na mesa do brasileiro, por isso influencia essa queda. “Os alimentos têm ficado mais baratos na prateleira dos brasileiros. O preço da carne baixou para o consumidor final devido a queda na demanda e no valor dos insumos, como o milho. Isso interfere no resultado”, afirma ela.

São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos apresentou o maior custo, R\$ 791,82. Com base nesse valor, o Dieese estima em R\$ 6.652,09 o salário mínimo necessário para as despesas básicas de uma família. O valor é referente a mais de cinco vezes o valor atual de R\$ R\$ 1.320,00.

Para a economista, a tendência é de melhora. “Estamos em um momento de reestruturação. Temos um governo com um olhar sensível a essa questão. Medidas e políticas adotadas voltadas para a agricultura e pecuária, ainda vão demora um pouco pra surtir efeito. Mas estamos no rumo certo”, afirma ela.

Fôlego – Na avaliação da técnica do Dieese, apesar de novo cenário, a situação precisa melhorar muito. “Durante quatro anos enfrentamos uma situação difícil, mas essa queda no preço dos alimentos ajuda e dá um fôlego para os trabalhadores e suas famílias”, diz Patrícia Costa.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 13 de junho.

Preço alto leva brasileiro a reduzir consumo de proteínas

Pesquisa realizada pela plataforma online Kantar, no primeiro trimestre deste ano com 3.800 pessoas, revela que o consumo de proteínas tem caído na mesa dos brasileiros, à exceção da carne de porco.

Em consequência da inflação, o consumo de proteínas caiu 9% no período, contra -6% do segmento de alimentos e bebidas.

“As proteínas, de forma geral, vêm caindo, algumas com mais intensidade, caso da carne bovina. Mas a gente vê, desde o início do cenário inflacionário mais alto, que o consumo de proteínas é menor desde o ano passado”, disse nesta segunda-feira (12) à Agência Brasil a diretora do Painel de Uso da Kantar, Divisão Worldpanel, Aurelia Vicente.

A carne bovina, que tinha participação de 43,1% no primeiro trimestre de 2021, agora está com 39%. A trajetória de queda já era sinalizada em igual período de 2022, quando o consumo caiu para 40,5%. Já a carne suína fez o caminho inverso, subindo de 4,6%, entre janeiro e março de 2021, para 7,6%, no mesmo período de 2022 e, neste ano, para 9,1%.

Aurelia Vicente destacou que mesmo as proteínas mais baratas, como salsichas e linguiças, que se destacaram em 2022, perderam importância na mesa dos brasileiros na comparação com o primeiro trimestre do ano passado. O consumo de linguiças caiu de 15,4% para 14,9% e o de salsichas, de 4,8% para 3,8%. No curto prazo, o consumo de carne de aves também apresenta recuperação e, após alta de preços em 2022, a participação passa de 25,9% para 28,6% no primeiro trimestre de 2023.

Peixes e frutos do mar demonstraram estabilidade nos três primeiros meses deste ano, comparativamente ao mesmo período de 2022, com 4,3% de share, embora apresentando retração em relação a 2021 (6%).

Segundo Aurelia Vicente, até pelo início do cenário de queda da inflação mais recente, já se começa a ver uma retomada do consumo de carne de frango, por exemplo. “É um cenário que vem muito pela necessidade de equilíbrio do bolso [do consumidor] mesmo. As pessoas querem continuar com alguma proteína no prato e acabam indo para algo que caiba dentro do bolso. A gente vê o movimento dessas proteínas mais baratas (salsichas e linguiças) ganhando esse espaço, não só em classes mais baixas, mas principalmente nessas classes, virando justamente a principal proteína. Ou seja, ganhando esse espaço que antes era muito forte de bovinos e aves.”

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 13 de junho.